



Câmara Municipal da Lapa

Estado do Paraná

ATA NÚMERO DOIS MIL, SEISCENTOS E DEZOITO.

Aos Vinte Dias do Mês de Novembro do Ano de Dois Mil e Um, reuniu-se no Plenário Vereador Cesar Augusto Leoni, a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do Vereador Sérgio Augusto Leoni, secretariado pelos Vereadores Osvaldo Benedito Camargo e Dirceu R. Ferreira, presentes os Vereadores: Valério Schmidt, Adriano Hamerschmidt, Valentina P. Batista, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elísia Martins, Alceu Hoffmann e Vilmar C. Fávaro.

À Hora Regimental o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata anterior, sendo aprovada com ressalva da Vereadora Valentina, na folha cinco, linha quarenta e nove, onde lê-se "... papel de criar leis e exercer ...", leia-se "... papel e exercer ..."; na mesma folha, linha cinquenta, onde lê-se "...leis com aquilo que ...", leia-se "...leis conforme aquilo que ..."; na folha oito, linha quatorze, onde lê-se "... passada Brasil todo ...", leia-se "... passada ao Brasil todo ...".

No Expediente do Dia, o 1º Secretário leu a correspondência recebida, onde constou o seguinte: Solicitação do Vereador João Renato referente à documentação citada em parecer jurídico. Ofício nº 436, do Executivo Municipal, comunicando veto total ao projeto de Lei nº 61/2001, que concede aos servidores públicos do Município da Lapa, regidos pelas Leis nº 1138/92 e 1405/98, Licença Especial sem vencimento para tratar de assuntos particulares e dá outras providências. Ofícios nºs 427, 428 e 429, do Executivo Municipal, em resposta a requerimentos dos Vereadores. Ofício nº 4254/01, da Assembléia Legislativa do Estado, encaminhando requerimento do Vereador Antonio Anibelli. Ofício nº 1431/01, da Câmara dos Deputados, comunicando aprovação em primeiro turno de proposta de emenda constitucional referente à permissão para que os Municípios venham a instituir contribuição destinada ao custeio de iluminação pública. Correspondência do Deputado Federal Marcio Matos, referente ao atendimento por telefones públicos. Correspondência do Deputado Augustinho Zucchi, referente à produção de leite. Ofício nº 070, do Conselho Municipal de Saúde solicitando empréstimo do Plenário. Noticiário IBAM. Convite da ABCMI Lapa, Clube da Melhor Idade, para noite de seresta. Convite da Paróquia de Santo Antonio para festejos de São Benedito. Convite da Câmara Municipal de Ponta Grossa, para comemorações ao Dia Nacional da Consciência Negra. Convite para inauguração da nova casa lotérica credenciada pela Caixa Econômica. Boletim Oficial nº 723.

Ainda no Expediente do Dia foi feita, pelo 2º Secretário, a leitura do resumo da correspondência expedida.

Dando início à Ordem do Dia, presentes os Vereadores Dirceu Rodrigues Ferreira, Valério Schmidt, Adriano Hamerschmidt, Osvaldo Benedito Camargo, Valentina Piovezan Batista, João Renato L. Afonso, Antonio Luiz Carlos Cavalini, Elísia Martins, Alceu Hoffmann e Vilmar C. Fávaro.

Em Redação Final o Anteprojeto de Lei nº 48/01, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para aumento de Capital Social da Sociedade de Economia Mista que faz parte da Administração Indireta do Município e para concessão de contribuições, auxílios e subvenções sociais.

Livre a palavra para emenda de redação e ninguém se manifestando, foi a Redação Final ao anteprojeto de Lei nº 48/01, que autoriza o Poder Executivo a destinar recursos para aumento de Capital Social da Sociedade de Economia Mista que faz parte da Administração Indireta do Município e para concessão de contribuições, auxílios e subvenções sociais, declarada aprovada.

Em Redação Final o Anteprojeto de Lei nº 52/01, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre as normas de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel.

Livre a palavra para emenda de redação e ninguém se manifestando, foi a Redação Final ao anteprojeto de Lei nº 52/01, que dispõe sobre as normas de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, declarada aprovada.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 02

Em 2ª discussão o anteprojeto de Lei nº 27/01, de autoria do Vereador Sérgio Augusto Leoni, que denomina de Francisco Brito de Lacerda, a Biblioteca Pública Municipal.

Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma, foi o anteprojeto de Lei nº 27/01, de autoria do Vereador Sérgio Augusto Leoni, que denomina de Francisco Brito de Lacerda, a Biblioteca Pública Municipal, colocado em 2ª votação secreta sendo aprovado por sete votos contra quatro.

Foram escrutinadores os Vereadores João Renato L. Afonso e Elísia Martins.

Constava em 1ª discussão o Anteprojeto de Lei nº 50/01, de autoria do Executivo Municipal, que estabelece a segurança contra sinistros em edificações, cria o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro e dá outras providências, o qual foi retirado por falta de parecer.

Em 1ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/01, que aprova as contas do Executivo Municipal referentes ao Exercício Financeiro de 1996.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo querer apenas ressaltar que de acordo com o Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, o projeto será pelo acolhimento das conclusões do parecer do Tribunal de Contas.

Com a palavra o Vereador Valério disse que observando atentamente os dois pareceres do Tribunal de Contas tanto para aprovação das contas como também o parecer do Funprev, os doutos auditores não levaram em consideração o protocolo cinquenta e nove, vinte e sete barra dois de noventa e oito do Tribunal de Contas que no dia vinte e nove de outubro de noventa e oito, pelo relator João Feder, nomeava Gumercindo Andrade de Souza e Marcelo da Silva Bento para fazerem uma auditoria tendo em vista uma denuncia formulada pelo Sindicato dos Funcionários Públicos do Município, se preocupa porque este relatório faz referencia especial às legislaturas anteriores e nunca coloca ponto final nas discussões que tratam as prestações de contas, poderia simplesmente o Tribunal de Contas fazer a referência ao protocolo cinquenta e nove, vinte e sete e teria diminuído uma grande dúvida, esse relatório todos os Vereadores receberam por ocasião do ofício trezentos e dezoito do Gabinete Municipal, por solicitação desta Casa que pediu um relatório circunstanciado do que havia sido levantado pela auditoria, onde traz algumas situações preocupantes, os relatores deveriam se preocupar mais, porque eles fizeram um levantamento para deixar situações vexatórias para o futuro, isso os coloca em situação de miserabilidade, porque diz no final do parecer que considerando os termos do Parecer numero nove, cinco, cinco, três, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, não isentando de responsabilizações apontadas em processos tramitando no Tribunal, então se já existe responsabilidade porque responsabilizá-los também, que concluam todos os processos que existem e estarão tranquilos, se estão lá para auditar as contas do Município que seja auditado, por questões políticas muitas vezes homens sérios ou que erraram no sentido tão somente de atender o anseio popular, muitas vezes uma Câmara é levada a um desiderato e depois taxada sua responsabilidade como fizeram os auditores no parecer já citado, agora o Tribunal sugere que seja aprovado, evidente que será aprovado mas o Tribunal de Contas deveria se precaver, pois em momento algum cita no parecer o relatório de protocolo número cinco, dois, cinco, nove, dois, sete barra dois noventa e oito TC do exercício de noventa e oito que é conclusivo.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que isso dá a impressão que o Tribunal condena e também aprova.

Continuando o Vereador Valério disse que essa foi a conclusão preliminar que fez, se o Tribunal aprova a responsabilidade é dele e ponto final, não precisa ser aprovado pelos Vereadores, toda a numeração constante fala dos gastos com publicidade, foi aprovado,



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata n° 2.618

Fl. 03

mas os auditores concluem e vão levando mais adiante, a sua critica é ao Tribunal de Contas, no final diz que não efetuando os recolhimentos que lhe competia por dever no período de junho de noventa e cinco a dezembro de noventa e seis, conforme traz na planilha, desacatou as normas regentes, portanto o ex-prefeito teria que sofrer o crivo dos doutos auditores que com todo o respeito foram inconseqüentes ou o Tribunal o é, porque não apreciaram esse parecer, eles concluem dando pela responsabilidade desta Casa, pela responsabilidade do ex-prefeito Joacir Gonsalves e do ex-prefeito Miguel Batista, agora os auditores dizem no parecer final, conclusivo, que os mandatários municipais arrolados no item dois, que são os Vereadores dessa Casa e os dois ex-prefeitos ocorreram em irregularidades insanáveis as quais devem influenciar a análise das respectivas Prestações de Contas sem prejuízo da imposição das responsabilidades cabíveis, os relatores indicados pelo Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Paraná chegaram a essa conclusão, o Funprev foi extinto e as parcelas em atraso não foram recolhidas, a obrigatoriedade dos recolhimentos em atraso vai até o dia em que o Fundo foi extinto.

Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que os Chefes do Poder Executivo devem cumprir a função do recolhimento correto de suas obrigações, pois gera problemas anos mais tarde, espera que não se cometa mais esses erros.

Continuando o Vereador Valério disse que não só com o recolhimento, mas com todas as obrigações, o Tribunal de Contas diz que tem que aprovar, então não tem como não aprovar, se existe pendências até de julgamento judicial da prestações de contas, inclusive relativas a convênios, em síntese o que deveria acontecer realmente é serem suspensas as Contas até que se dê um veredicto final para que ninguém fique numa situação desagradável, tem audiência marcada para o dia dois de março de dois mil e dois, a decisão será para o final de dois mil e dois ou início de dois mil e três, decisões de recursos nas três instâncias irão para dois mil e sete ou oito, as contas deveriam estar paralisadas porque o Município não tem ainda as certidões definitivas de regularidade, precisa-se a cada instante ir buscar uma certidão de regularidade, porque para trás existem pendências, fala da irresponsabilidade do Tribunal de Contas, mandando a esta Casa contas aprovadas pela metade, colocando os Vereadores em situação difícil, o Tribunal de Contas deu parecer em cima de um protocolo não analisado, infelizmente a aprovação se faz necessário.

Com a palavra o Vereador Adriano disse que entende a preocupação do Vereador Valério e acredita que devem aprovar as Contas porque o Tribunal diz que as Contas estão regulares. Um documento posterior a este que o Vereador Valério se referiu é uma decisão do Processo Crime Seção da Segunda Câmara Criminal, emitido em primeiro de fevereiro de dois mil, o documento que o Vereador Valério tem é de noventa e oito, os desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acórdão a unanimidade em rejeitar a denuncia oferecida contra Joacir Gonsalves e Miguel Batista, Prefeito no exercício da função, crime de responsabilidade artigo primeiro, inciso décimo quarto do decreto lei duzentos e um barra seis sete, incorrência das praticas imputadas rejeição da denuncia, com suporte no artigo sexto da lei oito zero trinta e oito barra noventa, impõe-se a rejeição de denuncia que roga o Prefeito descumprimento da lei determinante do recolhimento de contribuição previdenciária, ao posterior diploma extinguiu o fundo, esse diploma cancelou os débitos pendentes e isentou o Município de recolher os recursos descontados dos servidores municipais, bem como a parte da municipalidade, então na questão do Funprev acredita que a matéria esteja sanada.

Solicitando um aparte o Vereador Valério disse que foi muito bem colocado pelo Vereador Adriano, mas no que diz respeito ao recolhimento das verbas junto ao Fundo de Previdência, há duas citações, o sujeito passivo de crime e o sujeito passivo da abstenção administrativa, que dá sanção até civil, essa jurisprudência diz respeito ao não recolhimento dos fundos previdenciários referente ao recolhimento da quota dos funcionários.



Câmara Municipal da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 04

Continuando o Vereador Adriano disse que colabora bastante o Vereador Valério, que é advogado e acredita que pode até dar aula nesse sentido, de qualquer forma podem ter como base nesse documento uma tranqüilidade para votar favorável as contas do exercício de mil novecentos e noventa e seis, o que não tira a razão do Vereador Valério com relação ao Tribunal de Contas, acha que deveria ser mais incisivo nas suas determinações, mas é um documento, uma decisão que dá tranqüilidade para votar favorável.

O Senhor Presidente Sérgio Augusto Leoni passou a Presidência da Sessão ao Vice-Presidente Osvaldo Benedito Camargo.

Com a palavra o Vereador Sérgio disse que vem acompanhando de muito tempo a questão Funprev, tem conhecimento pleno de tudo que aconteceu e diz que essa decisão do Tribunal é surpreendente porque mesmo tendo que respeitar a decisão da Justiça, haverão de imaginar os motivos pelos quais se deu uma sentença absolvendo tanto o Prefeito Miguel Batista quanto o Prefeito Joacir Gonsalves, a matéria que acabou de ser lida do Tribunal de Contas declarou textualmente, no final do levantamento feito, que existiam e continuam existindo irregularidades insanáveis, inclusive responsabilizou a Câmara de Vereadores pela aprovação da Lei que deu ao Prefeito o direito de extinguir o Fundo, extinguir a dívida do Fundo que tinha sido postergada no último ano do Prefeito Joacir Gonsalves com uma chantagem junto aos funcionários, que cobria o que deixou de recolher ou pagaria o décimo terceiro, se tivesse que recolher não pagaria o décimo, alguns funcionários o procuraram e disseram da sua perplexidade e também das suas impossibilidades de deixar de receber o décimo terceiro, depois o Prefeito Miguel Batista também deixou de recolher alguns meses e o resultado está aí, tiveram que aprovar a recriação do Fundo de Previdência dos Funcionários que poderia hoje ser uma sustentação muito sólida, a rigor esse projeto não poderia ser aprovado por esta Câmara porque ele contém irregularidades, mesmo com a decisão do Tribunal de Justiça, seguramente irão aprovar, mas a partir desse dia ser co-responsáveis por qualquer decisão judicial que venha posterior, porque existe matéria transitando na justiça que trata do problema do Fundo de Previdência dos Funcionários, faz esses esclarecimentos para que cada um dos Vereadores possam votar de acordo com suas consciências e conhecimentos a respeito da matéria.

O Vice-Presidente Osvaldo Benedito Camargo devolveu a Presidência da Sessão ao Presidente Sergio Augusto Leoni.

Com a palavra o Vereador João Renato disse querer saber qual o projeto que se está votando, o de numero zero oito ou zero nove.

Esclarecendo o Presidente disse ser o zero oito.

Continuando o Vereador João Renato disse que então o que se discute neste momento é o projeto que aprova o parecer prévio do Tribunal de Contas, onde diz respeito as contas do Executivo Municipal, relativo ao Exercício de mil, novecentos e noventa e seis, o Fundo de Previdência será discutido posteriormente. Em uma das ultimas prestações de contas votada nesta Casa, este Vereador se posicionou contrário e indicou indícios de irregularidades, o que não aconteceu no Exercício Financeiro de hum mil, novecentos e noventa e seis, o que o leva a votar favorável sem medo de posterior imputação de crime, a Constituição Federal diz que o órgão encarregado de emitir parecer prévio sobre as contas é o Tribunal de Contas, mas o julgador é a Câmara Municipal, a partir do momento em que se aprovar as contas, administrativamente o ex-prefeito Joacir Gonsalves não vai responder nada. Com relação ao Funprev se manifestará quando for oportuno.

Com a palavra o Vereador Valério disse que as matérias são completamente ligadas, o parecer é conclusivo, diz que face ao exposto entenderam que os mandatários municipais incorreram em irregularidades insanáveis, os quais devem influenciar na análise da prestação de contas, uma matéria é circunstanciada a outra, as contas estão relacionadas, fica a questão de consciência, mas acha que o Tribunal de contas deveria ser conclusivo.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 05

Solicitando um aparte o Vereador João Renato disse que com relação ao Tribunal de Contas, concorda plenamente com o Vereador Valério, este Vereador já teve oportunidade de ler parecer dizendo que determinado Município podia fazer algo e outro Município não poderia, dando uma descredibilidade total com relação ao Tribunal de Contas, todos sabem o que aconteceu recentemente com o ex-secretário de Jaime Lerner, infelizmente o Tribunal de Contas é um cabide de emprego, eles agem muito mais pela política que pela técnica, por isso os Vereadores tem que ter consciência de fazer o que é certo, por isso fica a decisão para esta Casa. Os Legisladores como responsáveis pela fiscalização Municipal, deveriam recorrer mais ao Tribunal de contas no decorrer da Legislatura, todos os fatos e duvidas suscitadas com relação a aplicação do dinheiro, deveriam imediatamente pedir informações no Tribunal de Contas, porque as palavras que se pega de informação com eles simplesmente de nada valem, o Tribunal de Contas até o presente momento não tem a credibilidade deste Vereador, assim como falou agora o Vereador Valério que ao invés de darem o parecer conclusivo deixaram para os Vereadores resolverem, mas se errarem eles se dão o direito de dizer que não tinham responsabilidades, infelizmente é assim.

Continuando o Vereador Valério disse que o próprio parecer das Contas do Executivo é o mesmo do Funprev e do Legislativo, tudo no mesmo relatório. Lamentável, mas concorda com a sugestão do Vereador João Renato para que sempre que necessário recorram ao Tribunal de Contas, sugerindo ao próprio Executivo, para que as contas cheguem enxutas ao final do mandato, sem precisar discutir se houve acerto ou erro, que só trazem a denegrir desnecessariamente a imagem do homem publico, podendo até citar o ex-prefeito de Quitandinha, onde foi preso por um possível erro administrativo de um mandato de seis anos atrás, sendo humilhado, mesmo que errado, seis anos depois muito tempo passou, qualquer agressão física ou moral contra o cidadão prescreve em seis meses, porque demorar tanto para acionar os órgãos competentes, está cansado de ouvir denúncias dos anos anteriores, porque não se apurou antes, os Tribunais de Contas são os carros chefe dos Estados para fazer que esses percalços continuem.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/01, que aprova as contas do Executivo Municipal referentes ao Exercício Financeiro de 1996, colocado em votação secreta sendo aprovado por sete votos contra quatro.

Foram escrutinadores os Vereadores Antonio Luiz Carlos Cavalini e Alceu Hoffmann.

Em 1ª discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/01, que aprova as contas do FUNPREV referentes ao Exercício Financeiro de 1996.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o Vereador Adriano dizendo que da mesma forma como no projeto anterior a Comissão se manifestou de forma a manter o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Mais ninguém querendo fazer uso da palavra, foi o Projeto de Decreto Legislativo nº 009/01, que aprova as contas do FUNPREV referentes ao Exercício Financeiro de 1996, colocado em votação secreta sendo aprovado por sete votos não e quatro sim.

Foram escrutinadores os Vereadores Adriano Hamerschmidt e Vilmar Fávoro.

Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos apresentados: Do Vereador Dirceu Rodrigues, solicitando reforma de ponte e melhorias na estrada principal, em Segundo Faxinal. Do Vereador Dirceu Rodrigues, solicitando melhorias nos pontos críticos da estrada principal em Colônia Municipal. De vários Vereadores solicitando a inserção em ata de Votos de Louvor ao lapeano João Assumpção pela conquista do primeiro lugar na 5ª Maratona Internacional de Curitiba.

Ninguém querendo colocar quaisquer dos requerimentos em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 06

Abrindo-se as inscrições para o Grande Expediente, inscreveram-se os Vereadores Valentina Piovezan Batista, Valério Schmidt, Antonio Luiz Carlos Cavalini e João Renato Leal Afonso.

Com a palavra a Vereadora Valentina disse que agradece aos vereadores que assinaram junto com esta Vereadora o requerimento parabenizando o lapeano João Assumpção pelo primeiro lugar conquistado na Maratona Internacional de Curitiba, acha muito bom quando lapeanos elevam o nome da Legendária Lapa, fica feliz não só com o fato de ver o João brilhando mas diz que quando exerceu o cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esporte instituíram aqui na cidade a corrida João Assumpção em parceria com a Caixa Econômica no ano de mil novecentos e noventa e sete, a Lapa já acreditava nesse desportista, já rendia há algum tempo a sua homenagem ao João que depois de tanta luta ganhou pela primeira vez o seu prêmio em dinheiro. No dia vinte e três irá acontecer as eleições para diretoria de escolas da rede municipal da Lapa, são aproximadamente cinco mil alunos, são dezessete escolas que terão eleições, foi instituído e aprovado por esta Casa de Leis o Estatuto do Magistério que previa que em todas as escolas com mais de cem alunos o diretor da unidade seria eleito pela comunidade, não como nas escolas estaduais, mas em eleição direta, cinquenta por cento mais um, com o mesmo peso o voto dos professores e o voto dos pais, a lei mil quatrocentos e sessenta e um de onze de outubro de mil novecentos e noventa e nove regulamentou essas eleições e é com essas normas que serão realizadas estas eleições, são dezessete escolas e é mais uma vez que a escola, a educação vem dando mostras da necessidade do exercício da democracia, da necessidade da escola participativa, vivem nesse mês o segundo momento do projeto do Ministério da Educação-MEC, a família na escola e desta forma os pais tem a oportunidade de acompanhar mais de perto a atuação dos seus filhos na escola, acredita e tem conhecimento que a maioria das escolas tem candidata única, mas a lei prevê que tenha cinquenta por cento dos votos, haverá a participação da comunidade. Viu na data de hoje na imprensa televisionada, a Secretária do Estado da Educação, Alcione Saliba, falando sobre o boletim na escola, disse que não é só o aluno que tem boletim, de agora em diante a secretaria institui o boletim da escola, onde a escola também será avaliada e tem conhecimento que a Secretaria de Estado da Educação tem um processo pronto para avaliação de professores e diretores das escolas da rede estadual, fica a idéia para que se traga também esses processos para as escolas municipais, não só na Lapa mas do Paraná todo, vem se trabalhando com esses encontros no Faxinal do Céu em cima de resultados, idéia de trazer coisas boas e que já deram certo para que façamos da escola pública uma escola de qualidade, é interessante a avaliação que a Secretaria traz porque os professores serão avaliados através do Conselho Escolar e através dos próprios alunos, o diretor das escolas estaduais que foram eleitos esse ano, serão avaliados e se não conseguir um resultado deixarão de ser diretores, não é por ser eleito pela comunidade que estará assegurado. Com relação ao Tribunal de Contas ficou preocupada e assustada com o que ouviu a respeito dos senhores conselheiros no sentido de que agem politicamente para avaliar contas de dinheiro público, até quando viveremos esse tipo de situação, onde a imagem das pessoas que conduzem a nação são dessa forma, como irão atuar na política trazendo essa carga imensa, estão exercendo o papel de Vereador num período muito difícil onde a imagem do político está muito desgastada, mas se a imagem dos conselheiros do Tribunal de Contas que seria o órgão máximo para que a lei fosse assegurada, para que o dinheiro público fosse gasto como deve ser gasto. É na escola que irão implantar cidadania, é na escola participativa, democrática onde os pais estão cotidianamente junto com os professores, os alunos, os conselhos onde irão buscar esperança e a crença de que irão mudar o Brasil, porque ouvindo e vendo o que está ocorrendo no País fica difícil ser educador, como é que vai dizer para uma criança que



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 07

acredite na Lapa, acredite no Paraná, no Brasil se tem uma realidade como essa, cabe aos cidadãos, aos políticos, ao Poder Executivo, Poder Judiciário, mudar a cara desse País para que possam agir de forma que tenham a consciência tranqüila e saber que esse País está retomando ao rumo da esperança, da ética.

Com a palavra o Vereador Valério disse que parabeniza o Presidente desta Casa pela passagem de seu aniversário e parabeniza também a Vereadora Elisia pela concretização da Associação União dos Bairros na Cohapar, é assim que vão plantando as sementes, educando e se educando porque é através da sociedade civil organizada, através da população consciente é que vão buscar objetivos comuns. Pede a Vereadora Valentina para não se preocupar com o que falou esse Vereador, tem falado isso sempre e muitas vezes é tarjado de radical pelos Tribunais do Paraná em que pese ter reformado quase que a maioria das sentenças contrárias notadamente no que diz respeito aos Bancos porque se tornou irreverência contra o sistema financeiro principalmente após a constituição de mil novecentos e oitenta e oito, certa ou errada a lei foi feita para ser cumprida e infelizmente tem dito que os Tribunais agem politicamente quando nomeiam ministros dos tribunais superiores via cargo público, existem nomes de alta qualificação técnica de ilibada conduta moral, não se cansa de voltar contra qualquer sistema que ataque a conduta do ser humano, a conduta moral, entende que a não punição, a não orientação do Tribunal de Contas no que diz respeito a muitas ações leva aos munícipes não acreditarem e aos administradores, os homens públicos também não acreditando usurparem de seus direitos, confessa que tem uma Assessora no Tribunal de Contas fazendo estágio para se tornar especialista em decreto cento e um que é a lei de reforma fiscal para que no ano que vem possam prestar Assessoria ao município e até outros municípios, é através da perseverança que um dia mudaram esse País, sonha com um Estado, com uma cidade bela e justa, mas não é só criticando que irão resolver e sim quando toda a sociedade estiver imbuída de um trabalho sério de críticas construtivas de sugestão, de aprovação quando está sendo feito certo, acredita que a sugestão do Vereador João Renato terão que levar mais em consideração e começar a buscar orientações com mais ênfase por mais vezes em cada período legislativo para que no final de cada exercício, quando vem a prestação de contas não terem que aceitar e aprovar de qualquer forma.

Com a palavra o Vereador Cavalini disse que com relação ao Tribunal de Contas fica consternado mas não gera surpresas, já pensou até em pedir para um Deputado mas não tem um representante lá para fazer um projeto de lei que seja sancionado pelo Governador instituindo concurso, não indicação política. Esteve na Cooperativa Mista Bom Jesus que está começando a construção de um barracão adaptado para coleta, controle e condicionamento de material tóxico com relação a agrotóxico aplicado nas lavouras do Município, tem o apoio desse Vereador a tão importante iniciativa daquela diretoria e também a pessoa de Sr. Jacomel que é o Engenheiro Agrônomo que está coordenando o projeto, espera que a burocracia do Estado não atrapalhe na implantação desse barracão porque além de gerar empregos permite que seja diminuído a quantidade de poluentes jogados em nossas Bacias Hidrográficas, em fundos de vales, nas várzeas, inclusive na própria bacia de captação, muito louvável a iniciativa da Cooperativa que já está entrando com requerimento junto ao Instituto Ambiental do Paraná para se implantar esse projeto, a coleta que tem em São Mateus do Sul não suporta mais a quantidade de resíduos sólidos utilizados em toda a região sul do Paraná, se a Lapa conseguir via Cooperativa será de muita importância para a cidade e municípios vizinhos. Tem preocupação quanto ao desemprego, principalmente dos jovens, falou com o Prefeito e também com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, quanto a construção de um barracão para que se instale uma olaria de tijolos ecológicos, aquela que não é de aquecimento via lenha, vai gerar empregos e a longo prazo aumentar o orçamento do Município.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 08

Com a palavra o Vereador João Renato disse que a Lei oito mil novecentos e oitenta e sete de noventa e cinco, lei federal que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos é um lei extraordinária desde que os cargos executivos façam cumprir os contratos, vê diversas reclamações a respeito da COPEL quanto aos altos preços aplicados pelas tarifas de energia elétrica muitas vezes não condizente com a realidade do povo e sem controle nenhum, porque quem vai dizer quanto que se consome de energia ao livre arbítrio. Com relação a água da SANEPAR, não irá questionar a qualidade da água mas a forma que essa água chega aos hidrômetros, muitas vezes é quanto ao excesso de ar dentro das tubulações, muitas vezes é pago vinte ou trinta vezes a mais do que se consome, usa como exemplo a água de sua casa, que deu um aumento nos últimos dois meses de mais de vinte por cento de ar que está pagando. Com relação a telefonia é com satisfação que passa a comunidade que hoje foi protocolado o ofício assinado pelo Deputado Federal Marcio Mattos do PTB do Paraná, onde ele diz que o questionamento da população quanto ao atendimento de telefones públicos principalmente em pequenas e distantes comunidades é comum junto ao representante do povo nas Câmaras Municipais, e no final diz que com o intuito de orientá-los para que possam responder a seus eleitores questão dessa natureza alencam as metas de cumprimento obrigatório por parte das empresas de telefonia estabelecida pela Anatel, a companhia que é responsável pela Lapa infelizmente não está cumprindo nem a metade das metas estabelecidas, diz que as metas de todas as localidades com mais de mil habitantes devem estar atendidas pelo menos com um telefone público capaz de fazer e receber ligações de longa distância, Nacional e Internacional, a partir de dezembro de noventa e nove, não está sendo cumprindo, se forem no Distrito de Água Azul tem um telefone público na comunidade de Palmital de Baixo, depois somente um posto de serviço telefônico, com um telefone celular rural, colocado com dinheiro da Prefeitura, na localidade de Mato Queimado, nesse trajeto dá uns três quilômetros, a partir de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, diz que as metas seria andar oitocentos metros para ter acesso a um telefone público, diz também que a partir de dezembro de dois mil e um, só precisaria andar quinhentos metros e metade desses telefones deverão fazer e receber ligações de longa distância, essas metas que são estabelecidas por lei, como homens públicos devem fazer uma denuncia, tendo a oportunidade com este ofício do Deputado Federal, quicá todos os Deputados Federais mandassem o esboço desse contrato para que possam cumprir com o papel de verdadeiros fiscalizadores, fica triste com as concessionárias desses serviços de água, luz e telefone pelo não cumprimento das metas, o desrespeito com a população, não só lapaense mas Brasileira e que como homens públicos devem fazer denúncias aos órgãos de fiscalização e se não resolver fazer as denúncias ao Ministério Público para que efetivamente isso seja respeitado, porque as leis são para serem cumpridas mas muitas vezes, por interesses políticos daqueles que julgam as causas, não se cumprem as leis.

Ninguém mais inscrito, abriu-se espaço às lideranças partidárias, onde nenhum partido se manifestou, passando-se então às Explicações Pessoais, onde inscreveram-se os Vereadores Vilmar Czarneski Fávaro, João Renato L Afonso e Osvaldo Benedito Camargo.

Com a palavra o Vereador Vilmar disse que quer solicitar através de requerimento verbal a liderança do Prefeito uma revisão nas calçadas da cidade, principalmente na Avenida Manoel Pedro, Rua Barão do Rio Branco e Avenida Aloísio Leoni.

Esclarecendo o senhor Presidente disse que estão envolvidos em um projeto para fazer a substituição da rede elétrica para rede subterrânea, para isso já existe uma solicitação de verbas de auxílios exterior, será feito no ano que vem porque na maioria dos passeios da Lapa foram abertos e fechados e o estado em que se encontra não é culpa dos proprietários, nem da Sanepar ou Telepar, mas é o custo dessas coisas que significam progresso.



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Ata nº 2.618

Fl. 09

Continuando o Vereador Vilmar disse ser importante que essa informação chegue até a Sanepar para que possam reivindicar a substituição da rede de ferro porque tem sessenta quilômetros no centro da cidade e talvez aproveitando essa reforma possa ser reformado com a rede de PVC. Parabeniza os empreendedores Renato Mayer e Neilor de Quardros Amaral que no dia vinte e três estarão inaugurando a Casa Lotérica Metas e como no dia de hoje todas as empresas, todos os políticos trabalham com metas, quer desejar sucesso aos empreendedores e também convidar a todos para a inauguração, às nove horas do dia vinte e três. Parabeniza o Professor Elídio, que leciona em Mariental e também na Cooperativa, pelo incentivo que está dando aos alunos para que façam entrevistas sobre a atual política a nível de Brasil, teve a felicidade de receber vários grupos de alunos e responder vários questionários e uma das perguntas chamou a sua atenção, queria saber porque existe a corrupção na política, disse que a política, a corrupção nasceram no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo hospital com uma certa dose de Antrax da época que o vento encarregou-se de espalhar, para ser melhorado é preciso de uma participação maior do povo e da escolha dos representantes, não votar em candidatos que trazem alguma coisa em época de eleição em troca do voto, podem até aceitar, porque a situação econômica faz com que seja feito isso, mas na hora de votar saber escolher os seus representantes. Parabeniza também o senhor Casemiro Kawa da comunidade de Segundo Faxinal pelo investimento que fez na estrada principal do Monte Alegre, ele veio da cidade de Mafra comprou duzentos alqueires está investindo no município e para que pudesse chegar com o calcário até a sua propriedade ele teve que comprar sessenta cargas de saibro para a estrada principal de Monte Alegre. Parabeniza também o Presidente desta Casa pela passagem de seu aniversário.

Com a palavra o Vereador João Renato disse que faz suas as palavras do Vereador Vilmar com relação as loterias Metas, desejando a eles que nesse empreendimento em parceria com a Caixa Econômica Federal e a comunidade lapeana, que eles logrem êxito e que sejam felizes porque capazes sem sombra de dúvida são. Volta aos questionamentos quando as concessionárias de energia elétrica e faz um apelo ao Vereador Osvaldo e ao líder do Prefeito, o Vereador Valério, com relação a energia pública da comunidade do Feixo, onde em alguns lugares a Prefeitura Municipal retirou as lâmpadas e em outros as mesmas se encontram quebradas, está lá um investimento grande sem utilidade nenhuma, existem informações que o Executivo Municipal não vai repor essas lâmpadas, gostaria que intercedessem para que aquela comunidade que tanto merecem, tenham esse investimento. No dia de ontem, no jornal da Rede Globo, assistiu com grande satisfação e até mesmo com emoção, uma reportagem sobre a fruta de caroço neste município, e é os agricultores que estão levando o município nas costas e muitas vezes precisam pagar o saibro para colocar em suas estradas, hoje o maior produtor de frutas de caroços do Paraná, isso porque investiram ontem e esse investimento é que se faz necessário ser feito para que amanhã não digam que foram o maior, assim como foram o maior produtor de erva mate, de batata, o que deve ser feito é o incentivo devido a classe do povo da agricultura do município que quando tiver que pedir que refaça aquela ponte ou aquela estrada que isso seja uma atribuição do Executivo Municipal e não um favor em forma de esmola ou de troca política é isso que deve ser cobrado para que mais tarde não se diga que ontem foram o maior produtor de frutas de caroço, hoje a maior produção é essa e isso só continuará com incentivo, esse tipo de reportagem gostaria de ver diversas vezes na televisão e tem certeza que se forem coesos, isso irá acontecer.

Com a palavra o Vereador Osvaldo disse querer agradecer e parabenizar a Vereadora Elísia pela iniciativa da Associação dos Bairros, a inauguração do Posto e dizer que não é fácil atender o social mas a Vereadora está demonstrando na prática e não só em retórica como muitos políticos fazem em palanques bonda retórica e depois passa a campanha, a



FL 10

Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.

Vereadores assinada.

Almeida Hoffmann

Mattay

Cunha

Diretor O. Ferreira

McClavini

Hernandez